

Um estudo sobre a educação financeira na cidade do Dundo/Angola

A study on financial education in the city of Dundo/Angola

Arsénio Wilson Malamba Sebastião^{1*}

¹ Professor do Ensino Secundário. fprimogenito4@gmail.com

*Autor para correspondência: fprimogenito4@gmail.com

RESUMO

Neste artigo apresentamos uma análise sobre a Educação Financeira na Cidade do Dundo em Angola, em função de conceitos básicos como poupança, orçamento, crédito, empréstimo ou investimento. A metodologia aplicada neste trabalho apresenta uma pesquisa descritiva que tem como objectivo determinar o nível de informação dos inqueridos em relação à educação financeira e conceitos associados à mesma. Para esta investigação, classificou-se a população em meninos, jovens e adultos, correspondendo às diferentes faixas etárias. Assim, a nossa população é composta por 1.694 que representa o conjunto das localidades em estudo e a amostra é de 1.285 pessoas, das quais 314 têm uma idade entre 6 a 14 anos, 686 têm entre 15 a 23 anos de idade e 286 correspondem à faixa dos 25 anos em diante. De maneira geral, afirma-se que os inquiridos, só têm ideias vagas e intuitivas, sobre educação financeira e os seus distintos instrumentos e/ou conceitos.

Palabras clave: Educação; Financeira; Angola.

ABSTRACT

In this article we present an analysis of Financial Education in cidade do Dundo in Angola, based on basic concepts such as savings, budget, credit, loans or investments. The methodology applied in this work presents descriptive research that aims to determine the level of information of respondents in relation to financial education and concepts associated with it. For this investigation, the population was classified as boys, young people and adults, corresponding to different age groups. Thus, our population is composed of 1694, which represents the set of localities under study and the sample is 1,285 people, of which 314 are aged between 6 to 14 years old, 686 are between 15 to 23 years old and 286 correspond to the range from 25 years onwards. In general, it is stated that respondents only have vague and intuitive ideas about financial education and its different instruments and/or concepts.

Keywords: Financial; Education; Angola.

INTRODUÇÃO

Uma das lições mais relevantes que se pode extrair da crise financeira internacional de 2008 é o desconhecimento da informação, por grande parte da população, sobre temas básicos em economia e finanças, o que limita a sua capacidade para tomar decisões responsáveis, conscientes e competentes. Desse modo, a educação financeira tem merecido crítica no que tange à inclusão por causa da sua grande importância na economia familiar, pois não só facilita o uso efectivo dos produtos financeiros, mas também ajuda as pessoas a desenvolverem as capacidades para comparar e seleccionar aquelas que melhor se adaptam às suas necessidades e possibilidades, que permitam ponderar para exercer os seus direitos e responsabilidades.

“Educação financeira deveria começar o mais cedo possível e ser ensinada nas escolas”. O trecho, extraído de recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), data de 2005 e mostra que a importância da inserção do tema no âmbito social não é nova.

Assim, neste artigo, o nosso interesse está em determinar o nível de informação da população com relação à educação financeira e de conceitos associados à mesma na cidade do Dundo, província da Lunda-Norte/ Angola.

DESENVOLVIMENTO

A Educação Financeira

No ano 2016, Klapper, Lusardi e Oudheusden (2016) a pedido do Banco Mundial levaram a cabo um estudo de medição da alfabetização financeira em mais de 140 países do mundo, utilizando pesquisa, de cara a cara, a 150,000 pessoas maiores de 15 anos. O principal resultado foi que, a nível mundial, só 1 de cada 3 adultos são alfabetizados financeiramente. Entretanto, as mulheres, os pobres, e os menos educados tiveram maior probabilidade de apresentar brechas no conhecimento financeiro. Isto não é aplicável apenas aos países em desenvolvimento, mas também em países com negociados financeiros mais desenvolvidos.

De acordo com Microfinance Opportunities e o seu Programa de Educação Financeira Global é importante distinguir três conceitos que regularmente são usados como sinónimos: Alfabetização Financeira, Educação Financeira e Literacia Financeira (Klapper et al., 2016).

Entende-se por analfabetismo financeiro a incapacidade para administrar efetivamente os recursos financeiros a favor do bem-estar financeiro de uma pessoa ou família. Segundo investigações de Lusardi e Mitchell (2009), realizadas nos Estados Unidos, as pessoas com menores conhecimentos económicos ou analfabetos financeiros, tendem a necessitar de maiores custos de transações, sendo um bom medidor da vulnerabilidade à pobreza.

O analfabetismo financeiro pode ter grande impacto sobre indivíduos e famílias na gestão diária de seus recursos, minando, por exemplo, a sua capacidade de investir em questões-chave de longo prazo (como educação superior, financiamento habitacional, aposentadoria), ou, ainda pior, expondo-os a graves problemas económicos (OECD, 2005a, p. 76).

A OCDE (2012) ressalva que o termo Alfabetização Financeira pode ser usado para se tratar dos resultados de programas educacionais específicos. A maior parte dos autores que diferencia os conceitos coloca a Alfabetização Financeira como um desdobramento da Educação Financeira, ou como o resultado de se estar financeiramente educado (Dolvin & Templeton, 2006; Sohn, Joo, Grable, Lee, & Kim, 2012).

Willis (2008) chama Educação para a Alfabetização Financeira à formação sobre conceitos financeiros com o objetivo explícito de aumentar conhecimentos e capacidades, confiança e motivação para o seu uso. A autora propõe o esquema exposto na figura 1, a seguir para a compreensão do conceito.

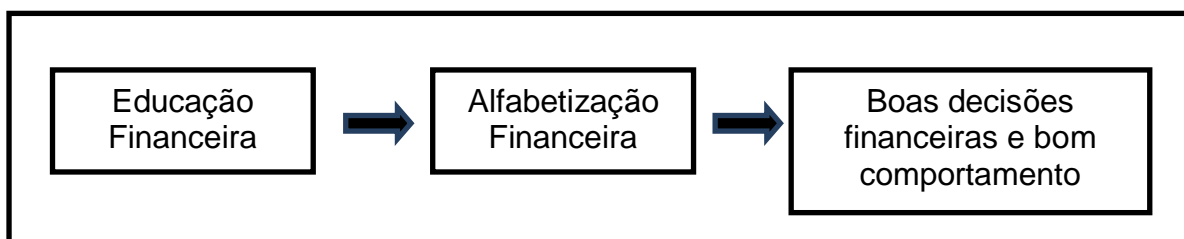


Figura 1 – Alfabetização Financeira como desdobramento da Educação Financeira.

Fonte: Willis (2008, p. 202).

A literatura em relação à medição dos níveis de educação, alfabetização e capacidades financeiras da população e a incidência das variáveis socioeconômicas foi crescente. A educação, na sua condição de fenómeno social feito na sociedade, com a sociedade e para a sociedade, constitui um processo através do qual os homens moldam-se segundo os padrões socialmente aceites.

A importância do tema Educação Financeira foi mencionada no relatório *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*, como decorrente da evolução e sofisticação dos mercados financeiros e das mudanças demográficas, económicas e políticas dos últimos tempos. Nessa direção, o estudo evidenciou vários fatores que aumentavam essa importância para os países membros da OCDE (2005b). Entre eles estavam:

- I) o aumento e a complexidade dos produtos financeiros;
- II) o aumento da esperança de vida das pessoas e as mudanças no regime de pensão (OCDE, 2005b).

Sobre este último factor, o relatório chamava a atenção para as reformas nos regimes de pensões ocorridas em vários países e muitas vezes impostas à população, surgindo assim à necessidade de adquirir conhecimentos básicos que levariam as pessoas a essa mudança.

Desta forma, pode-se perceber que, para o referido organismo internacional, a educação financeira é um processo e não um conhecimento a ser ensinado/apreendido. Enquanto processo significa que é um mecanismo cuja relevância na sua possível utilidade das informações, produtos e riscos, que de modo geral visa promover o desenvolvimento económico, confiança e estabilidade, contribuindo assim para um conhecimento complementar para proteger o consumidor.

Para Alves (2012),

A Educação financeira vem a ser todo o processo no qual o cidadão comum, na qualidade de consumidor e investidor, vai adquirindo todo um conjunto de conhecimentos, mediante a informação, instrução ou aconselhamento específico, permitindo-lhe desenvolver um misto de capacidade e confiança para se tornar mais atento a riscos e oportunidades financeiras, proporcionando-lhe uma tomada de decisões autónoma e consciente, conduzindo-o ao seu bem-estar financeiro. A educação financeira deve ser algo que permita, de uma forma generalizada, uma melhor compreensão dos produtos e conceitos financeiros, dotando o cidadão de ferramentas que lhes permitam na altura certa, de livre e espontânea vontade, tomar as decisões mais acertadas (p. 10).

Nesse sentido, a Educação Financeira configura-se como um instrumento capaz de promover o desenvolvimento económico, pois a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia toda a economia, tendo em vista que está intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países. Teixeira (2015) ressalta que

A Educação Financeira não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro, é muito mais que isso. É buscar uma melhor qualidade de vida tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança material necessária para obter uma garantia para eventuais imprevistos (p. 13).

Para Mandel *apud* Alves (2012) é “a capacidade de avaliar novos e complexos instrumentos financeiros e tomar decisões informadas relativamente à seleção e utilização desses instrumentos de modo a melhor e satisfazer os objetivos ao longo prazo” (p. 8).

De acordo com Saraiva (2017), a partir da crise de 2008 a OCDE criou a Rede Internacional de Educação Financeira (INFE) como meio integrador de experiências internacionais em educação financeira e, em 2012 introduziu a educação financeira no Programa Internacional para Avaliação de Estudantes (PISA). A educação financeira tem sido utilizada pelos organismos internacionais como a OCDE, por meio da definição sobre alfabetização financeira a partir da análise do PISA, criado pelo organismo para avaliar, dentre outras coisas, o grau de educação financeira dos alunos a nível internacional, a partir do ano de 2012. A autora demonstrou na sua pesquisa "orientações mais recentes sobre a educação financeira nos documentos produzidos pela OCDE" e constatou que este organismo a vem adotando como um elemento fundamental que visa desenvolver a capacidade de mudar determinados comportamentos financeiros individuais das pessoas, contribuindo para que se tornem menos consumistas.

A educação financeira pode contribuir para reduzir as barreiras à procura de inclusão financeira. Nesta óptica, a educação financeira pode aumentar o conhecimento e a compreensão dos produtos e serviços financeiros e, como tal, promover a procura dos mesmos, assim como o seu uso efectivo. Quando se trata do amparo do consumidor financeiro, a educação financeira pode proporcionar às pessoas o conhecimento dos seus direitos e a compreensão das obrigações das entidades financeiras, o que constitui um importante complemento à regulação dos mercados financeiros e às intervenções públicas neste sector.

A Educação Financeira em Angola

O Banco Nacional de Angola (BNA) tem vindo a implementar, desde 2009, um conjunto de medidas que visam o aumento do nível da educação financeira da população e consequentemente a criação de um ambiente inclusivo e favorável ao acesso a serviços e produtos financeiros adequados às necessidades da população.

A intervenção do BNA (2018) sucede em três domínios fundamentais, nomeadamente:

- Vertente informativa – para o conhecimento do consumidor em relação aos produtos e serviços financeiros disponíveis com o intuito de atrair a população para os bancos;
- Vertente de formação – ligada à construção de conhecimentos associados ao sistema financeiro e às suas funcionalidades, de modo a atender as necessidades específicas dos diversos segmentos da população;
- Promoção do acesso ao sistema financeiro (Inclusão Financeira) – respeitante à criação de condições para o acesso ao sistema financeiro e uso adequado dos produtos e serviços financeiros.

A educação financeira do BNA permite potenciar, como visão, um sistema financeiro inclusivo, capaz de contribuir para o bem-estar financeiro e a inclusão económica e social da população, e como missão, assegurar a gestão e divulgação do acervo numismático nacional e a formulação de directrizes, programas e instrumentos para o fomento da literacia financeira da população, que concorrem para a inclusão financeira e estabilidade do sistema financeiro (BNA, 2018).

Segundo o BNA (2018), em parceria com outras instituições públicas e privadas, tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas que visam acelerar o processo da educação financeira, como:

- Canais de distribuição de informação;
- Portal do Consumidor de Produtos e Serviços Financeiros;
- Fóruns Internacionais de Inclusão Financeira;
- Formação financeira;
- Educação financeira nas escolas: O Projecto de Inserção de Conteúdos sobre Educação Financeira no Sistema de Ensino Angolano decorre da Celebração do Protocolo de Cooperação entre o BNA e Ministério da Educação assinado em 2015.

Segundo o relatório *Síntese das iniciativas específicas no âmbito do programa de educação financeira* (BNA, 2018), o objetivo do referido Protocolo é a inserção no currículo do ensino os conteúdos sobre Educação Financeira, visando a formação de capacidades essenciais direcionadas a crianças e jovens, para neles cultivar uma gestão consciente dos recursos financeiros baseada na melhor escolha entre o consumo presente e futuro. Para o efeito, os conteúdos foram inseridos nas disciplinas de Matemática, História, Língua Portuguesa, Inglês e Francês, da 7.^a a 12.^a classes.

O programa decorreu em três fases distintas, nomeadamente:

- 1.^a Fase – Estrutura Metodológica (2014- 2015): Linhas gerais do projecto, pesquisas preliminares, pesquisas de melhores práticas, macro estrutura do projecto.
- 2.^a Fase – Composição do programa (2015- 2016): Elaboração e adaptação dos conteúdos, capacitação dos docentes, planeamento e execução do projecto.
- 3.^a Fase – Monitoramento e Avaliação (2016- 2017): Criação de Indicadores, monitoramento, avaliação do projecto (BNA, 2018, s/p).

Inicialmente, o Projecto de Inserção de Conteúdos sobre Educação Financeira no Sistema de Ensino Angolano abrangeu 17 províncias, 54 municípios, e 86 escolas do Ensino Geral, Ensino Técnico Profissional e de Formação de Professores. Deste modo, até 2017 foram formados 3.392 professores nas disciplinas eleitas pelo projecto, nomeadamente em Língua Portuguesa, Inglesa, Francesa, bem como em Matemática e História, em todo o País. Consequentemente, foram capacitados 311.208 alunos (BNA, 2018).

No âmbito do Projecto foi instituído o Concurso Escolar Nacional de Educação Financeira como objectivo de reafirmar a importância do ensino da Literacia Financeira e motivar os alunos a adquirir conhecimentos e capacidades essenciais para a gestão das finanças pessoais.

Outras iniciativas na perspectiva da educação financeira são as seguintes:

- Realização da Semana da Poupança, em parceria com a Comissão do Mercado de Capitais (CMC) e a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG);
- Encontro para troca de experiências com os Bancos Centrais de Moçambique e de São Tomé e Príncipe que decorreu no BNA em torno dos temas sobre o Desenvolvimento de Programas de Educação Financeira nesses respectivos países, o Projecto de inserção da Literacia Financeira no sistema de ensino em Angola e das Contas Simplificadas;
- Realização da Feira da Semana da Poupança, na Casa da Juventude em Viana com enfoque na poupança, com a participação dos bancos comerciais.
- Realização da Global Money Week, um fórum de ensinamento, através de simulações reais em torno da temática sobre a história e uso do dinheiro (gráfico 1).

Metodologia e dados

A metodologia aplicada neste trabalho apresenta uma pesquisa descritiva. Conforme, segundo Barros e Lehfeld (2007) consideram que na pesquisa descritiva,

não há interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objecto de pesquisa. Procura descobrir a frequência com que um fenómeno ocorre, a sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenómenos. A pesquisa descritiva engloba dois tipos: a pesquisa documental e/ou bibliográfica e a pesquisa de campo.

Da mesma forma, “a citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes” (Lakatos & Marconi, 2003).

Com base nas citações mencionadas, este estudo tem como situação problemática ou questionamento: o que conhecem os meninos, jovens e adultos da cidade do Dundo a respeito da educação financeira e de conceitos associados à mesma?

O Método utilizado foi o quantitativo através de levantamento de dados em campo. Conforme Mattar (2008), no levantamento de campo, procuram-se dados representativos da população de interesse, tanto em relação ao número de casos incluídos na amostra quanto à forma da sua inclusão; a ênfase do levantamento de campo está na geração de sumários estatísticos, e a relação destes sumários estatísticos.

A utilização do método quantitativo, neste presente estudo, ocorreu em duas etapas distintas, mas que se complementaram. Nestas etapas foram recolhidas evidências a fim de atender os objectivos situados nesta pesquisa.

A primeira etapa foi caracterizada por uma revisão da literatura especializada na área e, ao mesmo tempo, uma análise documental. Na segunda etapa deste estudo investigou-se o problema, utilizando o método quantitativo. Os questionários aplicados à amostra tiveram a finalidade de obter informação sobre os conhecimentos que pudessem ter em relação à educação financeira.

A técnica de amostragem que se utilizou foi a amostragem estratificada, a qual consiste em dividir a população em subpopulações, agrupando nelas os elementos mais parecidos entre si. Para esta investigação, a população classificou-se em meninos, jovens e adultos, por isso os estratos a estudar, classificaram-se da seguinte maneira: estrato 1: Meninos que se encontrem em um intervalo de 6 a 14 anos de idade; estrato 2: Jovens de 15 a 23 anos de idade; estrato 3: Adultos de 25 anos em diante.

Assim, dos 1.694 habitantes que possuem no seu conjunto as localidades de estudo, a população que corresponde às características dos estratos anteriormente mencionados, ficou integrada por 1285 pessoas, das quais 314 têm uma idade entre 6 a 14 anos, 686 têm entre 15 a 24 anos de idade e 286 correspondem dos 25 a 69 anos de idade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Meninos

Em relação à proporção de meninas e meninos inquiridos e ao nível de escolaridade, metade corresponde a ambos os gêneros, e a maioria, 71%, estudam no ensino secundário.

Um dos primeiros pontos sobre os qual se queria indagar, era se os meninos recebiam dinheiro para os seus gastos por parte de seus pais, diante de tal questão, 82% dos pesquisados afirmou receber dinheiro por parte de seus pais e 18% não recebem dinheiro por parte de seus

país. Em relação aos meninos que afirmaram sim receber dinheiro, queria conhecer-se no que gastam os meninos.



Figura 1. Resposta dos meminos.

Fonte: Elaboração própria com base ao questionário aplicado.

Podemos notar que a maioria dos meninos utiliza o seu dinheiro na compra de mantimentos (cobrindo uma necessidade básica), em segundo lugar destinam os seus recursos ao transporte e compra de doces. Como vemos tais respostas podem-se englobar em gastos relacionados com a assistência à escola. Outro dado que sustenta esta afirmação é que um gasto que se reporta, igualmente, como significativo é quanto à compra de materiais escolar. Portanto, os gastos quanto à diversão e artigos relacionados com a diversão ocupam um lugar pouco prioritário para os gastos que têm disponíveis.

De forma geral, é notório que os meninos não possuem conhecimentos concretos sobre os conceitos financeiros que foram avaliados, por isso as ideias que possuem, embora intuitivas, ao carecerem de um fundamento sólido, é fácil que sejam abandonadas com o passar do tempo e, portanto, percam a oportunidade de contar com hábitos financeiros que os ajudem à correta gestão dos seus recursos financeiros, ao longo de sua vida.

Jovens

Em relação à população de jovens inquiridos, 55% representa o género masculino e 45% o género feminino. Quanto ao nível de escolaridade, a maioria já tem o ensino secundário (55%), somente 10% e 5% têm um nível escolar do ensino superior e ensino primário respectivamente. Metade dos inquiridos são estudantes.

Um dos principais pontos analisados foi sobre as poupanças dos jovens. Os resultados mostram que 60% dos inquiridos têm o hábito de poupar e 40% não o possui. Questionados se têm o hábito de poupar, onde 77% mencionou que sim, podemos ver a deterioração do hábito conforme crescem. A causa principal desta situação pode dever-se ao hábito de poupar, embora seja, geralmente, inculcado pelos pais, não é reforçado posteriormente nem por eles nem pela escola ou outros meios de aprendizagem.

As pessoas que mencionaram não poupar atribuem isto principalmente às dificuldades financeiras o que não lhes permite fazer poupança, responderam que “não se pode”, com 25% cada menção, mas com a mesma percentagem notamos que alguns simplesmente não o fazem por descuido. Em menor proporção encontram-se os que argumentam não poupar por falta de trabalho e pelos gastos que têm. É de ressaltar também que vários dos motivos expostos para não poupar podem ser também pretextos, pois como se destacou no compartimento correspondente à poupança, requer-se esforço para conseguir poupar. Estas ideias coincidem com as contribuições de Bay, Catasús e Johed (2014), ao expressar que é fácil e muito comum dizer que "não temos dinheiro para poupar", o difícil é esforçarmo-nos, nós mesmos.

Outros pontos importantes são o planeamento do uso do dinheiro e o orçamento. Dos sujeitos pesquisados 70% planeiam os gastos, enquanto que 30% indicam não o fazer. Dentro dos itens principais pelos quais as pessoas indicaram distribuir os seus recursos, encontrou-se como primeira opção a alimentação, igual à educação e a poupança, por outro lado, como segunda menção sobressaiu o gasto em transporte, alimentos e diversão.

Gráfico 2

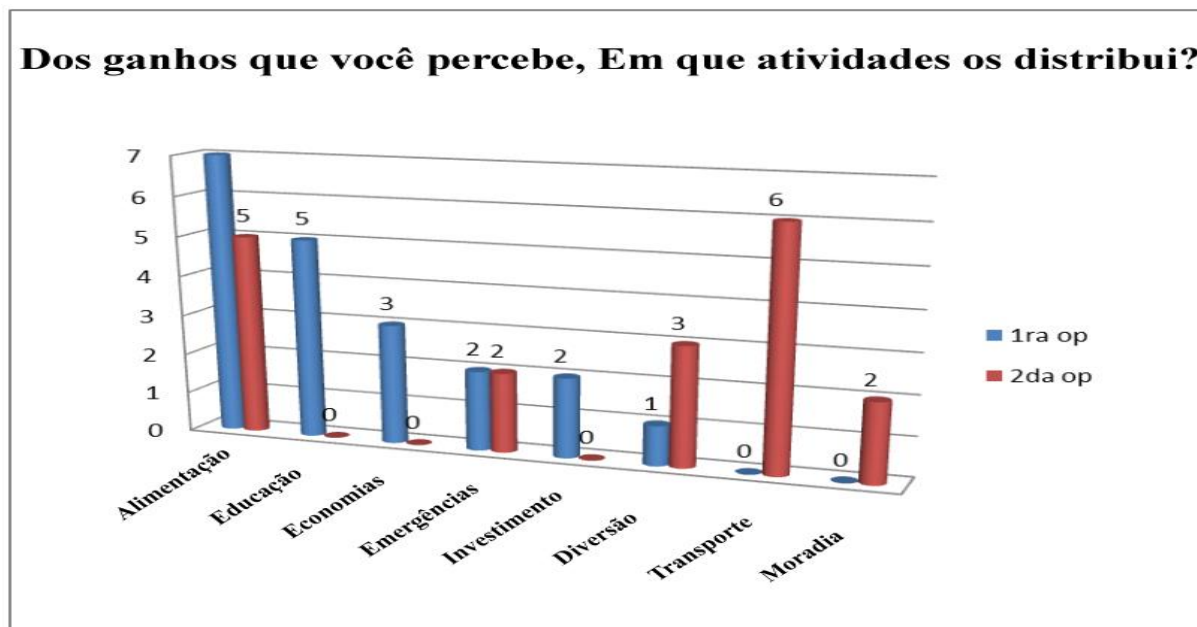


Figura 2. Atividades.

Fonte: Elaboração própria com base ao questionário aplicado.

Dos jovens, 60% da amostra indicou sim saber o que é um orçamento. Para Danes (1994) o orçamento é o registro pontual dos ganhos e o planeamento dos gastos num período de tempo; é um resumo dos ganhos estimados e de como serão gastos durante um período definido. Ora bem, das respostas obtidas ao perguntar sobre o conceito, 42% relacionam-o unicamente com o planeamento dos gastos, por isso a esta ideia faz falta a parte que envolve o registro dos ganhos.

A respeito do uso que os jovens têm feito quando dispõem de dinheiro extra, 30% mencionou que pouparam, outras menções importantes foram utilizá-lo em roupa ou em compras variadas, com 15% cada uma; 10% indicou destiná-lo a emergências, mantimentos ou coisas da escola. Finalmente, 5% mencionou não dispor de dinheiro extra e outros 5% destiná-lo à diversão.

Em relação aos jovens inquiridos procurámos saber se pediram alguma vez empréstimos; 80% dos jovens indicaram nunca ter pedido emprestado, enquanto 20% afirmaram sim recorreram

aos empréstimos. A proporção das pessoas que disseram ter pedido alguma vez emprestado, feito com um familiar ou amigo é de 25%. É notório que os serviços financeiros formais para este caso não são predominantes.

Ao avaliar as respostas proporcionadas pelos inquiridos observou-se que 50% relaciona o investimento recebendo mais dinheiro em troca, focando-se no investimento financeiro. Isto é importante devido a que mencionam a parte de receber um benefício, maior do que o que se investiu; entretanto, a esta ideia faz falta mencionar o destino do investimento, tal como se refere no início, deve-se destinar uma parte de nossos recursos a atividades produtivas (Danes, 1994). Consta-se que 29% dos jovens respondeu que desenvolveram uma atividade produtiva como, por exemplo, um negócio; faltou fazer referência à obtenção de maiores benefícios, a incrementar a quantidade investida; embora aqui se deixe ver a inclinação para o investimento real. Não obstante, 21% tiveram ideias pouco claras, onde nenhuma das partes do conceito antes mencionada foi tomada nas suas definições.

Há que ressaltar que só 30% mencionou ter investido alguma vez, o que pode ser devido à idade dos inquiridos e 70% aludiu não ter investido. Conforme os 30% que indicaram sim ter investido, 67% tem feito em pequenos e micro negócios (investimento produtivo). Alguns mencionaram inclusive que não tiveram êxito neles. Só 16% mencionou ter investido numa conta num banco e 17% relacionou o investimento com as compras imóveis, já que indicaram ter comprado um terreno.

Quanto ao investimento, também se notou que as ideias a este respeito são pouco claras, pois embora empiricamente alguns jovens tenham feito uso dos investimentos, alguns destes não estão conscientes do que realmente representam.

Adultos

Em relação à população dos adultos inquiridos, 79% representa o género masculino, e 21% o género feminino. Quanto ao nível de escolaridade, a maioria tem o ensino primário (38%), 29% o ensino secundário e somente 2% têm o ensino superior.

Continuando com o que se mencionava anteriormente, a respeito de que o hábito da poupança parecia perder-se com o tempo, dos inquiridos 52%, quase metade da amostra, mencionou que sim poupa, 48% indicou não o fazer. Dentro das causas pelo que os adultos disseram não poupar, 52% indicou que não lhe alcança, menção que resulta interessante devido a que foi uma pergunta aberta e a dita percentagem coincidiu quase textualmente e de forma unânime ao indicar o motivo. Outras proporções menores foram o de terem muitas dívidas (5%), não ter o que poupar. As pessoas que indicaram poupar, fazem-no guardando-o em casa, com menções de 36%; dos sujeitos 32% indicou poupar mediante caixas de poupa; 16% poupam através dos turnos e 12% com amealha; finalmente, 4% disse poupar mediante uma conta de poupança.

Em relação aos adultos planeiam no que vão utilizar os recursos, uma alta percentagem, 77%, mencionou planejar no que vai gastar o seu dinheiro. Só 23% não planeia a distribuição. As actividades nas que a maioria dos inquiridos reparte o seu dinheiro são, a alimentação, principalmente, e a moradia.

No que respeita a se os adultos conhecem o que é um orçamento, 60% mencionou que sim e 40% afirmou que não. Entretanto, ao retomar o conceito de orçamento (Danes, 1994) e contrastá-lo com as respostas solicitadas, temos que 41% relacionam o orçamento com uma cotação, 31% vê-o como um planeamento de gastos, esquecendo-se da parte de registo dos ganhos.

Com os dados anteriores pode concluir-se que a ideia que as pessoas deste grupo de estudo possuem sobre o orçamento, 55% têm uma ideia incompleta e 45% não têm uma ideia clara.

Seguimos notando que as ideias que os adultos possuem em relação aos conceitos relacionados com a educação financeira são vagas e intuitivas, e não têm conhecimentos sólidos que lhes permitam tomar decisões acertadas no que tange à gestão dos seus recursos financeiros.

Sobre a questão se os adultos conhecem o que é um investimento, uma percentagem alta mencionou que sim, que sabem o que é um investimento (79%), e só 21% diz que não sabe.

Dos sujeitos adultos inquiridos 50% tem uma ideia aproximada do conceito, mas é muito importante deixar claro que a metade restante tem uma ideia incompleta ou errónea do conceito. Como aconteceu no caso dos jovens, embora algumas pessoas indicaram não saber o conceito do investimento, mas mencionaram alguma vez ter investido, 52% disse ter investido alguma vez, e 48% o contrário.

Com este sector da população também corroboramos que os conceitos de educação financeira são poucos conhecidos realmente, pois embora possuam ideias a respeito, estas não são precisas, mas sim intuitivas.

CONCLUSÕES

No estudo constata-se que a maioria das pessoas recorre, para os seus empréstimos a amigos ou familiares, ao invés das instituições financeiras formais. Também se determinou que o conhecimento para elaborar um orçamento é muito baixo, tal como o nível socioeconómico dos inquiridos. Outro dado que se comprovou é que poucas pessoas fazem uso da poupança e investimento formal; a maioria poupa informalmente e investe através de negócios próprios.

De maneira geral, afirma-se que os meninos, os jovens e os adultos só têm ideias vagas e intuitivas sobre a educação financeira e os seus distintos instrumentos e/ou conceitos.

Em suma, os métodos seleccionados foram bastantes úteis, o que permitiu atingir os objectivos propostos. De igual modo, a amostra seleccionada considera-se fundamental porque permitiu obter informações para a compreensão do fenómeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, J. A. (2012). *Literacia Financeira da População. Estudo de caso para uma população do Norte de Portugal*. Porto. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Disponível em: http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1179/1/DM_JoseAlves_2012.pdf> Acesso em: 22 de Março de 2020.

Banco Nacional de Angola. (2018). *Síntese das iniciativas específicas no âmbito do programa de educação financeira*. Disponível em: {e44a5cd3-da53-4291-8aa9-23f18ec4cb63}> Acesso em: 23 de Março de 2020.

Barros, A. J., & Lehfeld, N. A. (2007). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Bay, C., Catasús, B., Johed, G. (2014). *Situating financial literacy. Critical Perspectives on Accounting*, 25(1), pp. 36–45. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2012.11.011>.

Danes, S. M. (1994). Parental perceptions of children's financial socialization, *Financial Counseling and Planning*, v. 5.

Dolvin, S. D.; Templeton, W. K. (2006). *Financial education and asset allocation*, *Financial Services Review*, 15, pp. 133–149.

Klapper, L.; Lusardi, A.; Oudheusden, P. V. (2016). *Literacy Around the World: Insights from the Standard & Poor's Ratings Services Global Financial Literacy Survey, 2016*. World Bank Development Research Group e Global Financial Literacy Excellence Center. Disponível em: https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/Finlit_paper_16_F2_singles.pdf> Acesso em: 22 de Março de 2020.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*, 5. ed. São Paulo:Atlas.

Lusardi, A.; Mitchell, O. (2009). *How Ordinary Consumers Make Complex Economic Decisions: Financial Literacy and Retirement Readiness*.

Mattar, J. (2008). *Metodologia Científica na era da informática*. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva.

Organisation for Economic Cooperation and Development – OCDE. (2012). *Guidelines on Financial Education at school*. Disponível em <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/48493142.pdf>> Acesso em: 22 de Março de 2020.

Organisation for Economic Cooperation and Development –OCDE (2005b). *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*. Disponível em: <http://www.browse.oecdbookshop.org/oecd/pdfs/product/2105101e.pdf>. > Acesso em: 22 de Março de 2020.

Organisation for Economic Cooperation and Development –OCDE. (2005a). *Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira*. Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe> Acesso em: 22 de Março de 2020.

Saraiva, K. S. (2017). Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 33, nº 66, pp. 157-173, out./dez. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53867> > Acesso em: 17 de Março de 2020.

Sohn, S.; Joo, S.; Grable, J; Lee, S; Kim, M. (2012). Adolescents' financial literacy: The role of financial socialization agents, financial experiences, and money attitudes in shaping financial literacy among South Korean youth, *Journal of Adolescence*, 35, pp. 969–980.

Teixeira, J. (2015). *Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira*. Tese (Doutorado em Educação Matemática). São Paulo: PUCSP..

Willis, L. (2008). Evidence and ideology in assessing the effectiveness of financial literacy education. *San Diego Law Rev*, 46(2) 415–58.

Síntese curricular dos autores

Lic. **Arsénio Wilson Malamba Sebastião**: professor de Língua Portuguesa no II Ciclo do Ensino Secundário, colocado no Complexo Escolar Delegado Eusébio Nelson. É licenciado desde 2016, em Língua Portuguesa, pela Universidade Lueji A'Nkonde. É músico e compositor. Fundou a Empresa Arwilma em 2012, e em 2018 criou a Empresa de Construção Civil e Obras Públicas, Arca Nova. É funcionário do BPC desde 2013, estando colocado na agência do Samanhonga no Dundo / Lunda-Norte.